

## FILOSOFIA MODERNA

### O período abrangido pela Filosofia Moderna

Filosofia europeia do século XVII até meados do século XVIII.

No século XVII, ainda que as diversas ciências possuíssem, em muito, os contornos de hoje, não haveria a acentuada distinção entre os filósofos, por um lado, e os físicos e demais cientistas, por outro. Para exemplificar, lembremo-nos das discussões Físicas e Filosóficas de autores como Bacon, Descartes ou Leibniz.

### Conhecimento prático

Para os antigos, o conhecimento era teórico, para os modernos, é prático.

Os gregos buscavam conhecer a natureza apenas para desvelá-la. Diferentemente, os modernos visam conhecer a natureza para nela intervir, dominá-la, fazer com que o homem esteja menos sujeito às contingências da natureza.

Para os gregos, o conhecimento da natureza era um fim em si mesmo. Para os modernos, o que importa é a aplicação prática desse conhecimento, o que implica na produção, dentre tantas coisas, de técnica e tecnologia, permitindo ao homem interferir, enormemente, no meio em que vive.

### Explicações físicas na modernidade

O caráter científico: a antiga procurava oferecer explicações qualitativas das coisas e dos fenômenos, ao passo que a moderna, quantitativas. Na modernidade, deixa-se de explicar os fenômenos pelas suas qualidades (pelas formas, pelo alto ou baixo, ou pelo leve e pesado) e passa-se a explicar os fenômenos a partir de padrões, de critérios mensuráveis bem estabelecidos.

Para entendermos um pouco a teoria do lugar natural dos corpos:

Aristóteles concebia, primeiro, que todas as coisas são compostas por quatro elementos (o fogo, o ar, a água e a terra), assim como hoje, para nós, todas as coisas materiais são compostas pelos átomos conhecidos e sistematizados na tabela periódica dos físico-químicos. Cada um desses quatro elementos teria um lugar natural. A terra, embaixo; a água, acima da terra; o ar, acima da água e abaixo do fogo; o fogo, enfim, em cima. Qualquer corpo, então, em movimento natural, tenderia a seu lugar natural. Lá chegando, tenderia a permanecer em repouso. Se um corpo fosse constituído de terra, por exemplo, e sendo o lugar dela embaixo, isso explicaria o porquê de ela ir para baixo em movimento natural, assim como algo constituído de fogo, subir.

## **Modelo indutivo-experimental**

Na Física Aristotélica, por exemplo, válida durante muitos séculos, explicava-se a queda de um corpo através da teoria do lugar natural dos corpos. Segundo tal teoria, a produção das coisas materiais seria motivada por quatro causas: material, eficiente, formal e final.

## **Seis características da Ciência Moderna**

1) “A razão é o instrumento supremo do homem”. Não nos esqueçamos de que já Aristóteles definiu o homem como animal racional. A racionalidade, nesse sentido, seria o que nos distingue dos demais animais, permitindo nos conhecer seja a natureza, seja nós mesmos. Ela nos permite fazer projeções do que deve ocorrer na natureza e também conosco, possibilitando-nos fazer ciência.

2) “O conhecimento libertará o homem da ignorância, de superstição e de males sociais”. De modo geral, o homem moderno percebe o conhecimento como algo bom, o que lhe permite escapar da ignorância, vista como causadora de males, também os sociais. Na ignorância, as possibilidades de podermos reorganizar a sociedade e, conseqüentemente, vivermos bem, diminuem em muito, isso quando elas não são pulverizadas.

Essa mesma ignorância ainda nos causa males de outros tipos, como os advindos da superstição, a qual também não era bem vista aos olhos do homem moderno.

3) “O universo ordenado”. Como queria Galileu, o universo teria sido escrito com caracteres matemáticos, portanto, de modo matematicamente exato e ordenado. Essa idéia impulsionou os filósofos e cientistas a tentarem encontrar as leis gerais que presidem os comportamentos dos corpos e torna o mundo organizado. Acreditava-se que a organização do mundo seria cognoscível e expressa quantitativamente e por meio de relações matemáticas. Não nos esqueçamos de que a matemática era, para os filósofos e cientistas, o grande modelo de ciência, de conhecimento.

4) “Embora haja muitas maneiras de perceber a natureza, como, por exemplo, a arte, a poesia, a música etc, só a ciência pode chegar à verdade que permitirá ao homem dominar a natureza”. O homem de ciência dos séculos XVII e XVIII supervalorizou essa nova modalidade de produção da razão, a ciência, mesmo em detrimento de outros produtos da razão, como a arte, pois apenas a primeira é capaz de desvelar a natureza, descobrindo as suas regras mais secretas, tornando o homem capaz de interferir de modo bastante acentuado.

5) “A observação e a experimentação são os únicos meios válidos de descobrir a ordem da natureza”. Ainda que a natureza possa ter sido escrita com caracteres matemáticos, não é possível deduzir as suas propriedades através de cálculos. A natureza não se revela totalmente pela Matemática, mas se revela mais ao Físico, que é capaz, não apenas, de fazer os cálculos matemáticos que nela estariam implícitos, mas também de descobrir, mediante experimentação, alguns comportamentos dos corpos, para então reuni-los por critérios bem estabelecidos, como o critério de semelhança para extrair dos resultados dos experimentos as leis gerais que fariam (assim se acreditou) com que os corpos e a natureza se comportassem do modo como se comportam.

6) “Os fatos observados são independentes do observador”. Havia entre os modernos (com algumas exceções, como Kant), a crença de que é possível ter acesso às coisas tais quais elas são (essa crença caracteriza uma corrente denominada realista, em Filosofia), e que, com a ocorrência dos eventos, possibilitaria ao homem apreendê-los. Deste

modo, ainda que ninguém estivesse apreendendo um determinado evento, este, independentemente da percepção de qualquer observador, ocorreria do mesmo modo como se alguém o estivesse percebendo; isto é, haveria identidade entre a ocorrência do evento e a sua observação.

## **Sobre a crença na neutralidade da Ciência**

7) “A ciência é neutra, livre de valores e independente de moral e de ética”. Nesse ponto é mister nos demorarmos um pouco. Quanto à neutralidade da ciência, podemos constatar que ela em absoluto é neutra, desde a escolha dos seus objetos de estudos até no que concerne aos resultados (a produção do conhecimento) por ela produzidos. A Física e a Química, por exemplo, não produzem seus conhecimentos apenas pelo conhecer (sem visar qualquer aplicação prática desse conhecimento), de modo similar à produção do conhecimento pelos gregos. Na modernidade, os cientistas são pagos muitas vezes para resolverem problemas pontuais. Nesse sentido, a ciência moderna pode ser caracterizada como utilitarista, isto é, ela é valorizada na medida em que o conhecimento por ela produzido tem aplicação prática, soluciona problemas, é gerador de técnicas e de tecnologia.

Ao se constatar que determinada descoberta pode ser prejudicial à sociedade, é preciso conferir limites à Ciência. Apenas o que é comprovadamente benéfico à sociedade deveria receber autorização para a produção científica. A ciência, em si, não é boa nem ruim. O uso que dela se faz é que pode ser bom ou ruim, dependendo das carências da sociedade. Nesse sentido, a crença na ciência livre e independente da Ética, como era considerada por muitos modernos, pode ser extremamente danosa para a sociedade.

Um exemplo bem atual de como o uso não adequado do produto da ciência pode gerar problemas sociais: a automação das fábricas tende a aumentar o exército de desempregados, aumentando a violência, desorganizando a sociedade, diminuindo os salários, aumentando as desigualdades sociais, enfim, gerando uma pluralidade de males para os homens.

## Dedução e Indução

Na dedução, extraía-se um conhecimento particular de um conhecimento universal. Na indução, inversamente, a partir de uma multiplicidade de conhecimento particular similar, houve a generalização e, conseqüentemente, o engendramento de um conhecimento universal.

Exemplifiquemos um modelo de dedução com um célebre silogismo aristotélico:

Todo homem é mortal;

Sócrates é homem;

Logo, Sócrates é mortal.

A partir da premissa maior (“Todo homem é mortal”, que é universal, pois se trata de afirmar a mortalidade não de um ou de alguns homens, mas da totalidade deles), extrai-se um conhecimento particular (“Sócrates é mortal”). Se a totalidade (universalidade) dos homens é de mortais, qualquer um que seja designado homem, será mortal. Se Sócrates é homem, logo, ele é mortal. O conhecimento particular, no caso a mortalidade de um homem particular, Sócrates, é deduzido de um conhecimento universal, a mortalidade da totalidade dos homens.

A indução: Alguém toma uma anestesia e a essa pessoa não é causado nenhum mal. Ocorre o mesmo com uma segunda pessoa e também não tem nenhum problema. Centenas de pessoas tomam anestesia e pode ser que nenhuma tenha qualquer tipo de problema, o que induz, muitas vezes, à elaboração do conhecimento universalizante de que todas as pessoas que tomarem anestesia não terão problemas. Em muito, o conhecimento científico avança através de generalizações indutivas. Mas isso não dá total garantia ao conhecimento científico. O processo indutivo não é indubitavelmente verídico. No exemplo em questão, é possível, após muitas anestésias aplicadas com sucesso, alguém ser anestesiado e ter um choque anafilático.

## Corpo e Alma

Para Descartes, os corpos dos animais e dos homens eram como máquinas, sendo ambos distintos por terem ou não alma. Nesse sentido, as ‘ações’ dos animais irracionais eram regidas pelas leis da Física. O comportamento dos animais estaria sujeito às contingências do mundo, com os seus corpos sendo regidos mecanicamente nas diversas situações em que ocorrem as suas ‘ações’. De modo diverso, o homem possui alma, e isso faz com que haja certa interação entre ela e o corpo.

Aqui repousa uma das grandes novidades em relação aos antigos e aos medievais: Descartes engendra uma nova possibilidade de pensar a relação entre o corpo e a alma, possibilidade esta que vai influenciar outros autores modernos, como Leibniz (o qual examinaremos posteriormente). É muito comum, na Filosofia Antiga e na Moderna, a relação entre corpo e alma ser apresentada de modo tal que a alma possa ser senhora (como na Filosofia Socrático-Platônica) dos desejos, controlando o corpo, ou a alma sendo responsável por certo direcionamento dos desejos, portanto das ações humanas. Encontramos nos textos dos antigos e dos medievais a alma influenciando na determinação do comportamento do corpo. E até mesmo encontramos a alma como responsável pela animação do corpo. Dessa perspectiva é que vale a regra segundo a qual, quando a alma abandona o corpo, este perde a sua capacidade de movimento (exceto se movido por alguma força externa, feito um títere).

Descartes não aceitava essa relação entre corpo e alma. Sua teoria conferia autonomia tanto ao corpo quanto à alma. O corpo teria o seu movimento mecânico, independentemente da alma, e esta seria inerte para movimentar o corpo. Tal teoria foi, de certo modo, resultante de um pressuposto da Física esposado por Descartes, de que não há alteração da quantidade de movimento no mundo. Podemos entender tal formulação do seguinte modo: os corpos reagem mecanicamente em relação a outros corpos. Para um corpo entrar em movimento, é necessário cessar o seu movimento, mantendo, assim, a quantidade de movimento constante.

Nessa perspectiva mecanicista de perceber o comportamento dos corpos, não há espaço para se pensar em uma mente ou em uma alma que consiga agir sobre a matéria e, conseqüentemente, criar a possibilidade de alterar a quantidade de movimento do mundo.

Examinemos agora a explicação de Descartes de como é possível corpo e alma agirem de modo concorde, sem que a alma seja a determinante do comportamento do corpo.

Tal relação entre corpo e alma, estranha à Filosofia antiga e à medieval, pode ser entendida a partir do que ficou denominada a teoria dos dois relógios. Consideremos dois relógios que funcionam precisamente, mas com funções distintas. Um deles, com ponteiros e marcadores comuns do relógio de marcar as horas; o outro, com a função de dar as badaladas.

Olhando para o primeiro e ouvindo o outro, podemos suspeitar que a marcação do primeiro gera as badaladas do segundo. Se sempre que um marca as horas cheias, o outro badala, podemos ter a impressão de que a marcação do primeiro gera as badaladas do segundo.

O mesmo ocorreria com a relação corpo-alma: ambos comportar-se-iam em sintonia justa, de modo que os propósitos da mente seriam concordes com o comportamento mecânico do corpo. Mas essa estratégia engenhosa de Descartes para, por um lado, conseguir manter o pressuposto físico segundo o qual a quantidade de movimento na natureza não se altera e, por outro lado, justificar como não é a mente que determina o comportamento do corpo, quando temos a intenção de fazermos o que fazemos, gerou um grande problema. Desta forma, haveria um mecanicismo ao qual o corpo está sujeito. Mas, se há sempre concordância entre o que determina a mente e como se comporta o corpo, então as determinações da mente estariam sujeitas de modo igual ao mecanicismo em que o corpo estaria sujeito, de forma tal a gerar o seguinte problema: um físico que conseguisse prever o comportamento mecânico de um corpo em determinadas situações, poderia conhecer as determinações da mente dessa pessoa ao agir, o que parece algo difícil de aceitar.

Mas a apresentação de uma alternativa para a explicação da relação corpo- alma não foi a maior contribuição de Descartes para a Filosofia, mas sim a sua célebre investigação acerca do cogito. Tentemos compreender, em linhas gerais, essa investigação: Algumas imagens utilizadas na Filosofia são muito ilustrativas, tornando algumas ideias, muitas vezes, mais facilmente compreensíveis que longos textos dissertativos. Uma dessas imagens, a de um edifício, auxilia-nos a entender a importância do talvez mais importante texto de Descartes, as *Meditações Metafísicas*: imagine que, por algum motivo, um edifício tivesse seu último andar destruído e que a estrutura não estivesse

abalada; é possível supor que não haja outro prejuízo além da destruição do andar. Por outro lado, se a base do edifício for corrompida, todo o edifício ficaria comprometido. Se a base for solapada, o edifício viria abaixo. Do mesmo modo ocorre na elaboração de um conhecimento, seja de que tipo ele for. Se as suas investigações finais são abaladas, sem que isso venha a afetar o conhecimento anteriormente elaborado, para contornar essa dificuldade basta reelaborar a parte final problemática; mas, se os princípios utilizados para a produção do conhecimento são abalados, todo o conjunto do conhecimento elaborado pode ruir.

## O cogito cartesiano

As sensações são enganosas. Para percebermos, basta notarmos como a distância engana a visão. Um objeto qualquer, olhado a certa distância, aparenta ter certo tamanho. Visto de uma distância muito maior, sua aparência em muito parece diminuir.

A qualquer momento, poder estar sonhando enquanto acreditava estar vivenciando uma realidade qualquer.

Pensar que penso algo, mesmo que este algo seja errado ou ilusório, é pensar.

“**penso, logo existo**”, (cogito ergo sum).

## Três tipos de ideias na filosofia de Descartes

Para entendermos melhor as ideias inatas cartesianas, atentemos para os **três tipos de ideias** por ele distinguidas:

- 1) **ideias adventícias**- recebemos através de coisas externas a nós, mediante as nossas percepções, advindas da experiência.
- 2) **ideias fictícias**- retirar algum atributo qualquer de uma ideia, assim como as asas de um pássaro, e associar esse atributo a outra ideia, à de cavalo.
- 3) **ideias inatas**- nascemos com elas. São claras e simples, portanto verdadeiras.

## O ataque de Locke às ideias inatas

Se fosse assim, se ideias inatas fossem próprias à natureza humana, teriam de se encontrar em todos os indivíduos.

Seria possível apreender o princípio de identidade, perceber que o azul é diferente do amarelo, tendo a percepção um após o outro, e aí, então, distingui-los, identificá-los como diferentes.

Locke também descarta a necessidade das ideias inatas de provar a existência de Deus. A existência de Deus seria provada através da existência da contingência. O argumento central para tal prova seria: a existência do homem, que é contingente, supõe a existência de um ser eterno, Deus. E Locke ainda descartava a possibilidade da universalidade da existência da ideia de Deus, com o argumento simples de que, em algumas tribos de selvagens, não haveria a ideia de Deus.

Berkeley também via o homem, ao nascer, como tábula rasa, sendo nela impressos, posteriormente, os conhecimentos originados por sensações particulares. Assim, Berkeley aceitou as qualidades objetivas das coisas no mundo, cujas qualidades motivariam sensações, possibilitando a formação das ideias.

## Impressões e ideias na Filosofia de Hume

Segundo Hume, todo conhecimento pode ser de dois tipos, quais sejam:

- 1) de impressões
- 2) de ideias

No que refere às impressões podem ser:

- a) as internas, quando há a percepção dos estados internos do sujeito, como, por exemplo, quando se percebe a alegria e a tristeza;

b) as externas, quando se apreende, mediante os cinco sentidos, as coisas externas, como ao apreender as cores e as formas de um quadro, ou então o gosto e o cheiro de uma torta de limão.

As ideias por outro lado, são representações da memória e da imaginação. Como entender isso? Primeiramente, observemos que as ideias são representações fracas das impressões, correspondendo à matéria prima para a formação da ideias. Formo a ideia de casa, por exemplo, após a retenção da casa na memória, após apreendê-la pelos sentidos.

Essa representação, um tanto preservada na memória, consiste em cópia modificada e empalidecida das impressões. Podemos também formar ideias fazendo a composição, mediante a imaginação, de ideias distintas.

Mas a origem dessas ideias compostas ainda reside na percepção através dos sentidos, uma vez que as ideias que serão compostas tiveram origem na apreensão de qualidades pelos sentidos. Neste ponto, o empirismo de Hume se distingue daquele de Locke e de Berkeley. Em Hume, o homem também é tábula rasa ao nascer. Mas, diferentemente do que anuncia Locke e Berkeley, em Hume é possível escrever algo na tábula que não seja advindo da experiência.

## **O princípio de causalidade**

É importante ressaltar que os alvos de Hume não são as ciências, de um modo geral. Hume não é partidário de um dogmatismo desestimulante para as ciências e seus alvos são as concepções metafísicas tradicionais. Primeiro, Hume atacou a idéia de um mundo ordenado segundo causa e efeitos, o que revelaria a perfeição divina. Depois, sendo deste modo, implicaria que, para todas as coisas, haveria uma causa (princípio de razão suficiente), tendo, então, a necessidade de uma causa primeira, Deus, geradora de todas as demais.

Ao não aceitar o princípio de causalidade, a primeira concepção metafísica acima mencionada descaracterizou-se completamente, uma vez que

uma coisa não poderia engendrar outra como causa desta.

Conseqüentemente, a necessidade de uma causa primeira seria esvaziada, uma vez que qualquer relação que ocorre na natureza não é selada pelo princípio da causalidade, no sentido de que a causa já estaria em embrião no efeito, sendo responsável pelo surgimento deste. Com isso, Hume abala também o princípio da razão suficiente.

## **Juízos a priori e juízos a posteriori**

Um dos herdeiros do espinhoso problema deixado por Hume (qual seja, a dúvida da validade do princípio da causalidade) foi o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804). No seu texto mais célebre, *A crítica da razão pura*, Kant tentou salvar a *Metafísica* das dificuldades em que Hume a colocou, ao negar o princípio de causalidade.

Kant atentou para dois modelos de ciência que teriam seus conhecimentos como certos e indiscutíveis, a *Metafísica* e a *Física*. Na introdução da *Crítica da Razão Pura*, Kant fez algumas distinções que lhe permitiram procurar compreender com quais tipos de juízos operavam a *Matemática* e a *Física*, para verificar se seria possível transportá-los para o domínio da *Metafísica*.

Uma primeira distinção feita por Kant foi entre os juízos a priori e os juízos a posteriori. Segundo o filósofo alemão, é a priori todo juízo em que não há a necessidade da experiência para a sua formulação. Não é necessária a experiência para se compreender (e conseqüentemente, formular juízo) que um retângulo tem quatro lados. Ter quatro lados é um dos atributos essenciais do retângulo, fazendo com que a figura seja retângulo e não outra qualquer. Afirmar que o retângulo tem quatro lados é, portanto, um juízo a priori. Diferentemente, não podemos saber qual a cor de uma mesa, a não ser mediante a experiência. O juízo a “*mesa é marrom*”, por exemplo, é um juízo a posteriori.

Ainda na *Introdução da Crítica da Razão Pura*, Kant fez outra importante distinção, cujo critério para efetuar-la não é mais saber se a experiência é ou não necessária para a formulação de um juízo. É a distinção entre juízos analíticos e juízos sintéticos, e o critério utilizado é saber se seu predicado se encontra, ou não, implícito no sujeito.

Se, em um juízo, o predicado está contido no sujeito, consistindo aquele em apenas um desmembramento deste e, para tal, portanto, não sendo necessária a experiência, então o juízo é analítico, como quando digo que o corpo é extenso. Para Kant, a extensão é um atributo essencial de corpo, vale dizer, não há corpo sem extensão. Deste modo, não se faz necessária qualquer experiência para formular o juízo o corpo é extenso.

## **O homem é o lobo do homem**

Nesta unidade, abordaremos um outro campo de investigação muito acentuado na Filosofia Moderna - a Filosofia Política -, e, dentro das teorizações políticas, as teses dos denominados filósofos contratualistas. Passemos a examinar algumas dessas teorizações, algumas das suas diferenças.

Começemos por observar algumas fortes teses desenvolvidas por Thomas Hobbes (1588-1679), que sustentava que todos os indivíduos são naturalmente iguais. Em estado de natureza, os indivíduos investiriam uns contra outros, na tentativa de manterem suas liberdades individuais, e, nesta guerra de uns contra outros (lembramos da célebre frase de Hobbes “o homem é o lobo do homem”), haveria apenas guerra, a vida seria brutal e breve, enfim, os indivíduos se encaminhariam no sentido contrário ao bem, ao bem estar.

Nessa sociedade caótica, a força e a fraude se tornariam virtudes fundamentais.

Para escapar desse cenário assustador, é forçoso aos indivíduos organizarem-se em sociedade. Mas, como observa Hobbes, os homens não têm naturalmente a tendência para a cooperação, como as abelhas,

que fariam acordos naturais sem competição entre elas. É mister aos homens organizarem-se artificialmente, mediante um certo contrato, para escaparem da guerra universal de todos contra todos e, conseqüentemente, poderem viver bem.

O contrato firmado para evitar a guerra generalizada é entre os próprios indivíduos, cuja maioria deveria escolher e conferir poder a um homem ou a uma assembleia. Uma vez escolhendo o governante, findariam os direitos de quem o escolheu, exceto quando quem está no poder concede espontaneamente direitos a quem o escolheu. O soberano (seja um homem ou uma assembleia) teria poderes ilimitados, cabendo-lhe todos os

tipos de censura, a fim de manter a paz interna. Caberia também ao soberano determinar os direitos de propriedade.

## As questões do século XVIII

A filosofia moderna como um todo, didaticamente, abrange do século XVII até meados do século XIX e há quem estenda esse período até o final do século XIX.

Os últimos 30 anos do século XIX carregam um momento de crise na filosofia que encaminha todo o desenvolvimento dela no século XX.

A partir da segunda metade do século XVIII até aproximadamente o começo do século XIX, existiu um espírito que guia a filosofia moderna, o espírito do Iluminismo.

O Iluminismo afirma que pela razão o homem pode conquistar a liberdade e a felicidade social e política, que ela é capaz de evolução e progresso e que o homem pode atingir a perfeição. A perfeição consiste em libertar-se da superstição e do medo graças ao conhecimento que a razão propicia através do intelecto, à ciência, à arte e à moral. O Iluminismo afirma, ainda, que o aperfeiçoamento da razão se realiza pelo progresso das civilizações, das mais atrasadas às mais adiantadas e perfeitas, entendendo como as mais adiantadas as da Europa ocidental. Outra afirmação importante é a que diz haver diferença entre Natureza e civilização: a Natureza é o campo das leis universais imutáveis, por exemplo, as relações necessárias de causa e efeito, enquanto a civilização é o campo da liberdade proposta pela vontade do homem aperfeiçoado pela moral, pela técnica e pela política.

## As correntes filosóficas

1. Empirismo - Doutrina que reconhece a experiência como única fonte válida de conhecimento, contrariamente ao racionalismo, que se baseia na razão. O empirismo deu início a uma nova etapa na história da filosofia, tornando possível o surgimento da metodologia científica. Do ponto de vista psicológico, identifica-se com “sensualismo” ou “sensismo” (referente aos sentidos) e na perspectiva metafísica, o empirismo nega qualquer outra espécie de realidade

além da que se atinge pelos sentidos. Não há, no espírito humano, dados ou faculdades independentes da experiência.

No empirismo:

1. O conhecimento se funda na experiência:

- a) Conhecimento psicológico: origem do conhecimento é totalmente experimental.
- b) Conhecimento gnosiológico: validade do conhecimento na experiência.
- c) Conhecimento metafísico: a realidade é empírica e não há outra.

2. No empirismo inglês:

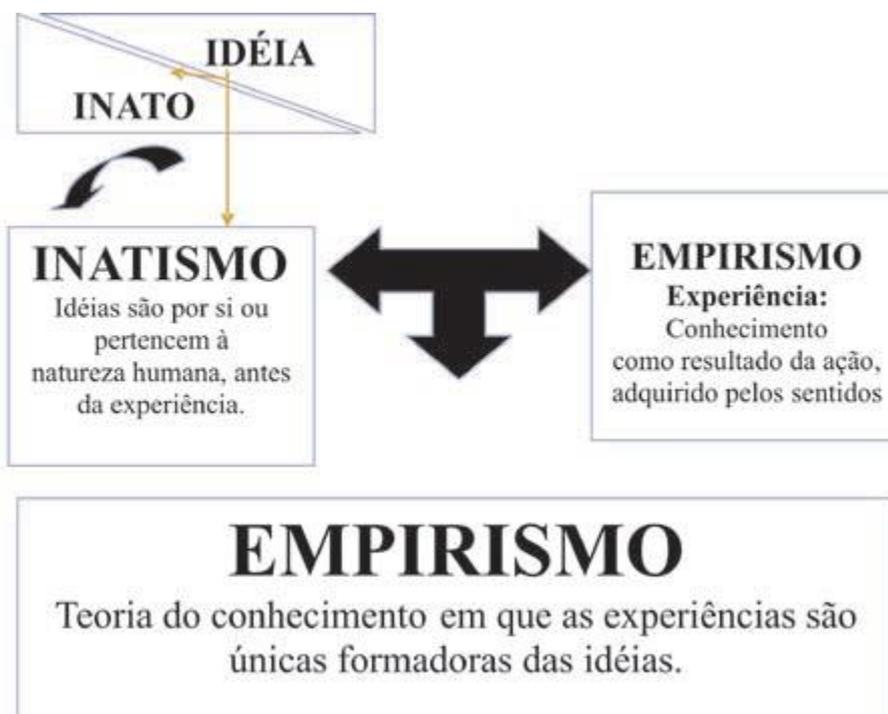
a) O espírito ou sujeito cognoscente é como uma folha em branco para impressão dos dados do mundo exterior transmitidos pelos sentidos através da percepção. Não há ideias inatas.

b) Anti-inatismo.

c) São palavras-chave do período: ideia, natureza, inatismo, experiência.

“a representação de uma coisa denomina-se Idéia enquanto se refere à coisa, isto é, enquanto seja considerada objetivamente.” (Wolff, Psicologia empírica, &48)

“Uma Ideia é, acima de tudo, uma antecipação de alguma coisa que pode acontecer: ela marca uma possibilidade.” (Dewey, Logic, II, 6)



2. Criticismo – Esse nome designa a filosofia de Kant. A teoria crítica é um estudo destinado a avaliar uma obra ou um sistema, procurando situar o seu contexto, os tipos de raciocínio etc. Kant não pretende estabelecer um novo sistema filosófico, mas quer examinar o que pode o conhecimento humano: como funciona a razão? Quais os seus princípios? Que valor de certeza pode ela atingir? (Schifres,1980).

Criticismo é um termo derivado do termo alemão *Kritizismus* que representa, em filosofia, a posição metodológica própria do kantismo. O criticismo caracteriza-se por considerar que a análise crítica da possibilidade, da origem, do valor, das leis e dos limites do conhecimento racional constitui-se no ponto de partida da reflexão filosófica.

Na *Crítica da Razão Pura* Kant responde a três questões fundamentais para a filosofia:

O que podemos saber?

O que devemos fazer?

O que nos é lícito esperar?

A *Crítica do Juízo* foi publicada em 1790 e é a terceira das três críticas publicadas, é nesta obra que Kant apresenta e discute o conceito de juízo estético, ou seja, quando valoramos um objeto em termos de beleza, formulamos um juízo, porém, julgamos de acordo com o que sentimos, de sentimentos de prazer ou de desprazer. Esse significado de juízo estético mantido intimamente relacionado ao conceito de belo que na antiguidade clássica era algo em si mesmo, a priori, com Kant, deixa de existir em si, passando a existir para nós, para o sujeito, o belo depende, então, dos nossos sentimentos, sendo por isso relativo a cada um, por isso, Kant defende também que todos somos capazes de formular juízos estéticos e de avaliar objetos como belos. Na Idade Contemporânea o juízo estético deixa de obedecer a qualquer dogma e passa a ser absolutamente relativo, deixa de respeitar qualquer critério objetivo e universal, passando a ser inteiramente pessoal variando de acordo com as capacidades de cada um.

2. Idealismo – Doutrina que afirma que a primeira realidade é o pensamento. A matéria nesse caso é um produto do pensamento. O termo opõe-se a materialismo onde a matéria tem primazia. Certos idealistas, como Berkeley,

negam a existência do real material; para ele o mundo é real, mas sua realidade não é a matéria. Outros, como Kant, dizem que o real só pode ser conhecido dentro dos quadros impostos pelo espírito, já Hegel chama a seu idealismo de idealismo absoluto, uma vez que toda a história como o desenvolvimento da ideia.

Em filosofia, o termo idealismo designa as teorias que dizem não ser possível conhecer, fora de nossa mente, à realidade tal como é em si mesma e que o objeto do conhecimento é construído pela atividade cognoscitiva. As variantes do idealismo postulam princípios diferentes que modelam e conformam nossa imagem de mundo de uma maneira determinada, de maneira que o elemento atômico principal, a entidade em si do real permanece incognoscível, mesmo que, de certa forma, a reflexão permita nos aproximarmos desse conhecimento, por exemplo, na vertente que chamamos de idealismo subjetivo ou transcendental, em referência ao pensamento de Kant.

O idealismo faz a distinção entre dois termos importantes: fenômeno, que é o objeto enquanto é conhecido, como aparece aos sentidos e à inteligência e o número que é o objeto tal como seria em si mesmo.

4. Iluminismo - Movimento cultural que se desenvolveu na Inglaterra, Holanda e França, no XVIII. Nessa época, o desenvolvimento intelectual, que vinha ocorrendo desde o Renascimento, deu origem a ideias de liberdade política e econômica, defendidas pela burguesia. Os filósofos e economistas que difundiam essas ideias julgavam-se propagadores da luz e do conhecimento, sendo, por isso, chamados de iluministas. O iluminismo afirma que pela razão o homem pode conquistar a liberdade e a felicidade social e política, que ela é capaz de evolução e progresso e que o homem pode atingir a perfeição.

O Iluminismo, apesar de ser um forte movimento do pensamento ocidental, é considerado um movimento cultural por sua abrangência social, artística, cultural e política.

## Os juízos

Juízos analíticos: são aqueles cujo predicado está contido no sujeito, por exemplo, um triângulo é uma figura de três ângulos: basta-me analisar a própria definição desse termo para dizê-lo. São a priori, portanto.

Juízos sintéticos: são aqueles cujo atributo enriquece o sujeito, por exemplo, este lápis é amarelo. São juízos naturalmente a posteriori; ou seja, só sei que o lápis é amarelo porque o vi. Eis um conhecimento sintético a posteriori que nada tem de necessário, pois o lápis poderia não ser amarelo, nem de universal, pois nem todos os lápis são amarelos.

## A razão pura

O espaço, assim como o tempo, são categorias humanas.

O espaço e o tempo são conceitos a priori, necessários e universais de minha percepção, Kant demonstra isso na primeira parte da Crítica da razão pura, chamada de estética transcendental onde ‘estética’ significa ‘teoria da percepção’, enquanto ‘transcendental’ significa a priori. Não temos acesso as coisas, sem estar presos ao tempo e espaço em que nos encontramos, perspectivamos, então o conhecimento, se dá apenas no âmbito da representação. Como estamos “presos” às categorias humanas, nosso conhecimento também assim se dá, como podemos saber se conhecemos a coisa em si ou se simplesmente aquilo que podemos (dentro de nossas condições) conhecer da coisa? A coisa em si (qual chama de noumeno), diz Kant, não temos acesso, mas nossa representação desta.

Quando nos voltamos para os fenômenos da física o quadro fica mais complexo. Neste campo nos referimos não apenas ao a priori da experiência, mas aos próprios fenômenos que nela ocorrem. Para dizer que o calor faz ferver a água, é preciso que eu constate.

## É possível a metafísica?

Por estudar o homem, o mundo e Deus, esse ramo da metafísica abrange três tipos de conhecimento, três ciências: a psicologia, a cosmologia e a teologia.

Para Kant metafísica significa conhecimento puro, a priori, porém o conhecimento real só é obtido quando aos princípios formais se acrescentam a sensação ou a experiência.

Para ele, ainda, a metafísica especulativa tradicional é a tentativa de obter, “aprioristicamente”, um conhecimento real de objetos como a alma, o mundo ou Deus que estão além de toda a experiência possível.

Porém, como esses objetos – alma, mundo, Deus – são conceitos atemporais, espaciais, eu não tenho como intuí-los; não posso assim ter essa ciência. Daí segue que as três disciplinas da metafísica tradicional não são válidas e a metafísica não é possível enquanto ciência especulativa, existindo sempre como uma tendência natural do homem para o absoluto.

Aos objetos da metafísica que Kant chama de Ideias, por sua vez, são como as novas categorias superiores correspondentes às sínteses dos juízos que são os raciocínios. Como essas Ideias não são possíveis de ser intuídas, elas só pode ter um uso regulativo. Não pode ser estudado como ciência, ele diz “É moralmente necessário **supor** a existência de Deus”.

As Ideias transcendentais unem a essa validade hipotética na razão especulativa outra, absoluta, incondicional, de tipo diferente que aparecem no kantismo como postulado, agora, da razão prática.

## **A razão prática**

“Kant diz “Se tu deves, tu podes” e lança o imperativo categórico “ age de tal modo que a máxima da tua ação possa valer como lei universal”.

O imperativo categórico, em termos gerais, é uma obrigação incondicional, independentemente da nossa vontade ou desejos.

As nossas obrigações morais devem ser resultantes do imperativo categórico, que ele formulava de três formas equivalentes:

1. A primeira formulação (a fórmula da lei universal) diz: “Age somente em concordância com aquela máxima através da qual tu possas ao mesmo tempo querer que ela venha a se tornar uma lei universal”.
2. A segunda fórmula (a fórmula da humanidade) diz: “Age por forma a que uses a humanidade, quer na tua pessoa como de qualquer outra, sempre ao mesmo tempo como fim, nunca meramente como meio”.
3. A terceira fórmula (a fórmula da autonomia) é uma síntese das duas prévias. Diz que deveremos agir por forma a que possamos pensar de nós próprios como legisladores universais de nossas máximas. Podemos pensar em nós como tais legisladores autônomos apenas se seguirmos as nossas próprias leis.

## O neokantismo

O neokantismo é um movimento filosófico que inclui várias tendências, direções, escolas e orientações influenciadas pela filosofia crítica de Kant. Surgiu na Alemanha a partir da segunda metade do século XIX como reação ao idealismo alemão pós-kantiano

e ao positivismo. Uma de suas principais características é fazer do estudo das possibilidades do conhecimento, e principalmente do conhecimento científico, a base crítica de toda investigação filosófica.

No início do século XX, o neokantismo atingiu seu ápice com a escola de Marburg, que incluía Hermann Cohen e Paul Natorp. Alguns rejeitaram o naturalismo de Helmholtz e de outros e reafirmaram a importância do método transcendental.

O racionalismo da escola de Marburg foi criticado pela escola de Baden, também chamada de Süddeutsche Schule (escola do sul da Alemanha), que elaborou a distinção entre as ciências da natureza e as ciências do espírito, entre a natureza e a cultura, entre o ser e o dever ser.

## Espírito e Natureza

Espírito: Hegel segue o desenvolvimento do espírito humano através do subconsciente, consciente e vontade racional. Depois, através das instituições humanas e da história da humanidade como a incorporação e objetivação da vontade; e finalmente para a arte, a religião e filosofia, na qual finalmente o homem conhece a si mesmo como espírito, como Um com Deus e possuído da verdade absoluta. Assim, está então aberto para ele pensar sua própria essência, isto é, os pensamentos expostos na Lógica. Ele finalmente voltou ao ponto de partida do sistema, mas no roteiro fez explícito tudo que estava implícito nele e descobriu que “nada senão o espírito é, e espírito é pura atividade”.

Natureza: é o oposto do espírito. As categorias estudadas na Lógica eram todas internamente relacionadas umas às outras; elas nascem umas das outras. A natureza, no entanto, é uma esfera de relações externas. Partes do espaço e momentos do tempo excluem-se uns aos outros; e tudo na natureza está em espaço e tempo e assim é finito. Mas a natureza é criada pelo espírito e traz a marca de seu criador. As categorias aparecem nela como sua estrutura essencial e é tarefa da filosofia da natureza detectar essa estrutura e sua dialética; mas a natureza, como o reino da “externalidade”, não pode ser racional sequencialmente, de modo que a racionalidade prefigurada nela torna-se gradualmente explícita quando o homem aparece. No homem a natureza alcança a autoconsciência. (COBRA,2006)

A natureza é um momento da Ideia que tem diferentes estágios:

**1. A mecânica com três momentos:**

- a) O espaço e o tempo – o estar fora.
- b) A matéria e o movimento – a mecânica finita.
- c) A matéria livre – a mecânica absoluta.

**2. A física com três momentos:**

- a) A física da individualidade geral.
- b) A física da individualidade particular
- c) A física da individualidade total.

**3. A física orgânica com três momentos:**

- a) A natureza geológica.

- b) A natureza vegetal.
- c) A natureza animal.

## **A escola literária**

A escola literária – Como reação ao espírito racionalista e frio da Aufklärung, o iluminismo alemão, produz-se uma nova literatura, a literatura romântica. O romantismo significa uma estética do sentimento. Além disso, há nele uma peculiar emoção do passado. Assim como o Iluminismo ao pensar no passado se voltou para o mundo clássico, para a Grécia e para a Roma clássicas, os românticos têm uma manifesta preferência pela Idade Média, um interesse que os leva a cultivar também o estudo da história. (MARÍAS,2004).

## **A escola histórica e o socialismo**

No século XVIII francês, com Voltaire, Montesquieu e Bossuet, a história deu um passo decisivo ao qual se somam as contribuições inglesas de Hume, Gibbon e Locke, entre outros.

A Escola Histórica alemã recolhe essas contribuições para se estruturar de maneira que diferenciam natureza e espírito e este é interpretado historicamente. Tanto a história geral como a história do direito, a das religiões, a linguística e a filologia clássica são intensamente estudadas por filósofos e cientistas. A Escola Histórica cria a técnica documental e o estudo das fontes, porém sem desenvolver um aparato teórico para a utilização de todo o material coletado e para o acúmulo de dados, deixa de dar uma visão adequada do passado. Hegel reage a isso construindo sua lógica da história.

É sob a influência dos idealistas alemães, principalmente de Hegel, mas também de Feuerbach (1804-1872, hegeliano que critica a teologia preferindo um antropologismo ateu) e David Strauss que se estrutura o socialismo alemão que tem raízes diferentes do socialismo francês. Seus pensadores mais importantes foram Karl Marx e Friedrich Engels, além de Ferdinand Lassale.

O ponto de partida desses filósofos é a ideia de dialética como está em Hegel; em suas mãos, a dialética idealista de Hegel toma a forma de uma dialética material que os leva a uma interpretação materialista da história que é, na verdade, uma interpretação econômica da história. A economia política se transforma assim em disciplina fundamental: ela começa com a mercadoria no momento em que eles são mutuamente trocados. O produto que aparece na troca é a mercadoria e o é simplesmente porque a coisa se agrega uma relação entre duas pessoas ou comunidades.

Este é o núcleo da concepção marxista: a economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e em última instância entre classes; porém essas relações estão sempre ligadas a coisas e aparecem como coisas.

## **O mundo como vontade e representação**

Segundo Schopenhauer, ao tomar consciência de si, o homem se experimenta como um ser movido por aspirações, desejos e paixões que constituem a unidade da Vontade, compreendida como o princípio norteador da vida humana. Schopenhauer percebe esta mesma Vontade presente em todos os seres, figurando como fundamento de todo e qualquer movimento.

Para ele, a Vontade corresponde à coisa-em-si; ela é o substrato último de toda realidade. (o noumeno kantiano talvez?)

A vontade não se manifesta como um princípio racional, mas é o impulso cego que leva todo ente, desde o inorgânico até o homem, a desejar sua preservação. A Vontade, portanto, tende à preservação da espécie. A consciência humana seria uma mera superfície, tendendo a encobrir, ao conferir causalidade a seus atos e ao próprio mundo, a irracionalidade inerente à vontade.

Sendo assim compreendida, ela constitui, igualmente, a causa de todo sofrimento, uma vez que lança os entes em uma cadeia perpétua de aspirações sem fim, o que provoca a dor de permanecer algo que jamais consegue completar-se. Segundo tal concepção chamada pessimista, o prazer consiste apenas na supressão momentânea da dor; esta é a única e verdadeira realidade.

## **Nietzsche: o eterno retorno e o super-homem**

O Eterno Retorno, na verdade, diz para que vivamos a eternidade do momento, pois o tempo não acaba, nós é quem findamos com ele. Na experiência de cada momento, nos libertamos, e preparamos todos os próximos. Pois, no “fim” da vida, se pergutarmos, viveríamos novamente esta mesma vida, sem nenhuma alteração, qual seria a resposta?

## O super-homem

Super-homem é um termo originado do alemão *Übermensch* e descrito no livro de Nietzsche chamado Assim falou Zaratustra. Neste livro está, portanto, os passos através dos quais o homem pode tornar um Super-Homem, estar para além dele mesmo:

1. Através da sede de poder, manifestada destrutivamente pela rejeição, pela rebeldia e pela rebelião contra velhos ideais e códigos morais;
2. Através da sede de poder, manifestado criativamente em superar o nihilismo;
3. Em reavaliar ideais velhos ou em criar novos em um processo contínuo de superação.

A ideia de super-homem se contrasta com a ideia de o último homem, que é uma antítese lingüística de *Übermensch*.

Nietzsche, pela boca de Zaratustra atribui à civilização de seu tempo a tarefa de preparar a vinda desse super-homem. A tarefa de superar-se a si mesma em favor do próprio homem, para Nietzsche, o homem máximo é a própria vida, que culmina na vontade de poder.

## A vontade de poder

O “cimento” que liga todos os outros conceitos em Nietzsche, o conceito de vontade de poder.

A vontade de poder é o que fundamenta e, em si é a própria essência de tudo. Em Nietzsche, como o seu conceito mais importante, permeia as altas e baixas esferas da existência, aparecendo como conceito cosmogônico e mesmo tempo histórico e psicológico. A vontade de poder é uma necessidade.

O conceito de vontade de poder segue duas proposições preliminares. A primeira proposição nos diz que o total da força que existe no universo é determinado, não infinito, donde se deduz que o número de situações, combinações dessa força é mensurável, ou seja também é determinada e finita. A segunda proposição nos diz ser o tempo infinito, e que antes deste momento houve uma infinidade de tempo.

Estas preposições e suas conclusões partem de um raciocínio simples até seu mais alto grau de complexidade, só atingido em Nietzsche. Veja bem, se não admito a existência de Deus, do criador, devo admitir que a matéria, a energia da qual é constituída o universo não pode ter sido criada. Logo, ela tem de existir originalmente e sempre, ou então terei que retornar a teoria da criação do nada. Se ela existe não-criada ela tem de ter estado aqui desde sempre. Já que ela existe desde sempre, se houvesse tendência ou estado a ser atingido, a eternidade é certamente tempo o bastante para que a tivesse atingido. A força que hoje existe tem de ter estado eternamente ativa e igual, ou então teria extinguido. Todos os desenvolvimentos possíveis têm de já ter acontecido, e todos os instantes são eternas repetições.

### Referências bibliográficas

MARÍAS, J. **História da filosofia**. Tradução de Claudia Berliner SP: Martins Fontes, 2004.

MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. SP: Perspectiva, 2004.

NIETZSCHE, F. **Gaia ciência**. Tradução de Paulo César de Souza. SP: Cia das letras, 2001.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. Tradução de Eduardo N. Fonseca. SP: Hemus, Novo Século, 2000.

NIETZSCHE, F. **Vontade de potência**. Tradução de D. Ferreira dos Santos. RJ: Tecnoprint, 1986.

### Site

Ferreira, Carmo Dispon: [http://www.triplov.com/ista/escritura/carmo\\_ferreir.html](http://www.triplov.com/ista/escritura/carmo_ferreir.html). Acesso em 09 out. 2007.



**MM**

**Musical Mendelssohn**

Cursos livre de música.  
Vendas de instrumentos, livros, métodos partituras e acessórios

VOCÊ É SUA ARTE! VALORIZE-SE!

**(13) 3842 - 4025**